

LUANDA COLONIAL E LITERÁRIA EM A GLORIOSA FAMÍLIA: O TEMPO DOS FLAMENGOS, DE PEPETELA

COLONIAL AND LITERARY LUANDA IN PEPETELA'S A GLORIOSA FAMÍLIA: O TEMPO DOS FLAMENGOS

Doutora Denise Rocha
UNILAB/UEL¹

<http://dx.doi.org/10.17074/2176-381X.2015v12n1p63>

RESUMO:

O estudo tem como objetivo delinear no romance *A gloriosa família*, de Pepetela, as várias formas arquitetônicas da Luanda colonial do século XVII: as representativas do poder – as sacras e as profanas –, das classes comerciais e sociais na cidade alta e na cidade baixa. As relações do ser humano com o lugar geográfico e o espaço subjetivo, que envolvem vivências e sentimentos, serão estudadas segundo Tuan.

PALAVRAS-CHAVE: literatura angolana; Pepetela; Luanda; geografia cultural

ABSTRACT:

This study aims at delineating the several architectonic forms of 17th-century colonial Luanda such as they appear in the novel A gloriosa família, by Pepetela: the ones which represent power – the sacred and secular ones – and those of the commercial and social classes uptown and downtown. Human relations with the geographic place and the subjective space, which include life experiences and feelings, will be studied according to Tuan.

KEYWORDS: Angolan literature; Pepetela; Luanda; cultural geography



Figura 1- São Paulo de Loanda (Parte baixa e parte alta). Depois, chamada São Paulo de Luanda.

1. Introdução

“[...] parecia os holandeses estavam a aprender tudo com os portugueses, Luanda se tornava a cloaca do império comercial” (PEPETELA,

1999, p. 59) – comenta o narrador-escravo do romance *A gloriosa família: o tempo dos flamengos* (1997), de Pepetela, ao refletir sobre o envio de criminosas e prostitutas do Brasil holandês (Recife) para a cidade portuária da costa ocidental africana.

A suposta nefasta influência lusitana em Angola sobre os flamengos (mafulos), inclusive sobre Nassau, governador do Brasil holandês, que enviara (1643), no navio *De Salamander*, para sua nova colônia transatlântica, senhoras de reputação duvidosa, suscitou o seguinte comentário do perplexo major Tack a Baltazar Van Dum, patriarca da numerosa família mestiça do romance angolano: “– O que vêm cá fazer? [...] – Querem transformar Luanda numa colônia penal, como faziam os portugueses?” (PEPETELA, 1999, p. 59).

Degradada à “cloaca do império comercial” e à “colônia penal”, Luanda era o principal porto de embarque de escravos da África, fato que a tornou o pomo de discórdia entre o Brasil luso e o Brasil holandês, sequeiros de mão de obra para as lavouras de cana-de-açúcar, resultando, no século XVII, (1641-1648) em conflitos entre “papistas” (católicos lusos) e “calvinistas” (protestantes batavos) e seus respectivos aliados: de um lado, Garcia II (1641-1661), rei do Congo, e os jagas e, de outro, Ana de Sousa, rainha Jinga (c. 1582-1663), inimiga dos portugueses.

Na imbricação de relações centro-periferia do império lusitano e do império comercial da Companhia das Índias Ocidentais, com suas feitorias de além-mar, destaca-se um intenso negócio bilateral de escravos e mercadorias entre Salvador, Recife e Luanda, no século XVII, que é o núcleo histórico de *A gloriosa família*, narrativa que aborda a trajetória da linhagem de Baltazar Van Dum e Inocência, filha de um soba (chefe) da Kilunda, nos anos 1641 a 1648.

Personagem histórico², Van Dum, adquire essência literária como um jovem que, na Ribeira das Naus, no rio Tejo, em Portugal, ouviu falar de uma árvore maravilhosa, a “árvore das patacas”, a qual “bastava sacudir para caírem as moedas de ouro, na Índia era coberta de especiarias, enquanto em África era coberta de escravos” (PEPETELA, 1999, p. 17). Farto da vida em quartéis, em fortalezas e acalentado pelo sonho de enriquecer com o comércio

humano (1616), aos 26 anos, o holandês parte de Lisboa e desembarca em Luanda, onde forma uma dinastia da “casa grande” e do “quintal”.

Espanto e fascinação Baltazar sentiu ao entrar na baía de Luanda e ao “[...] chocar, contra o vermelho da terra, o azul divino do mar e a brancura da areia na Ilha coberta de coqueiros. Baía de Todos os Sonhos, gritou ele, sabendo que mesmo à frente, do outro lado do Atlântico, havia a Baía de Todos os Santos” (PEPETELA, 1999, p. 18).

Semelhante ao seu patrão, o escravo-narrador, presente da rainha Jinga a Baltazar, teve também uma grande surpresa ao ver pela primeira vez a paisagem do seu desterro: “[...] tive vontade de gritar ao ver o espetáculo da baía. Quanto mais visto de um barco! Mas a minha condição de escravo não me dá o direito de manifestar sentimentos, juízos. Apenas tenho a liberdade da imaginação”. (PEPETELA, 1999, p. 18).

As relações do ser humano com o lugar geográfico e o espaço subjetivo envolvem vivências e sentimentos (TUAN, 1977) e, sob tal perspectiva, serão analisadas as imagens da Luanda colonial, habitada por europeus, escravos e forros no romance *A gloriosa família*, de Pepetela, cujo narrador transporta o leitor contemporâneo às ruas e vielas do século XVII, pela parte alta e baixa da vila, pelos edifícios do poder administrativo e eclesiástico, às fortalezas militares, ao armazém dos escravos, ao porto, ao longo do rio Kwanza, etc.

2. Literatura/Geografia cultural e Espaço/ lugar (Tuan)

A mescla entre a literatura e a geografia cultural pode ser estudada, segundo *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência* (1977), de Yi-Fu Tuan, que enfatiza a experiência cotidiana do espaço geográfico. Tuan esclarece que, em sua obra, três temas se entrelaçam: 1- Os atores biológicos; 2- As relações de espaço e lugar; e 3- A amplitude da experiência ou conhecimento.

Conforme o segundo tópico: “Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. ‘Espaço’ é mais abstrato do que ‘lugar’. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à

medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” (TUAN, 1977, p. 6).

O geógrafo destaca:

Os arquitetos falam sobre as qualidades espaciais de lugar; podem igualmente falar das qualidades locacionais do espaço. As ideias de “espaço” e de “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço e vice-versa. Além disso, se pensarmos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar. (TUAN, 1977, p. 6)

Para Tuan, o lugar “é uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lado para o outro; é um objeto no qual se pode morar, isso quer dizer que o lugar é um mundo de significado organizado” (TUAN, 1977, p. 14).

Na compreensão de Tuan, a geografia humanística, voltada para a pessoa como agente de sua geograficidade, aborda os conceitos de “espaço” e “lugar”, termos familiares indicadores de experiências comuns, que serão utilizados no estudo das imagens da Luanda colonial no romance de Pepetela.

3. São Paulo de Luanda

No ano de 1482, durante o reinado de D. João II, os lusos, sob o comando de Diogo Cão, chegaram ao Zaire, expandiram-se pelo Congo até chegarem a um amplo território, que era constituído pelos reinos de Ndongo e de Matamba, cujos soberanos recebiam o título de *Ngola* (Senhor); tal título foi aportuguesado e se tornou o nome da capitania da costa ocidental africana.

No ano de 1571 foi outorgada a Paulo Dias de Novais a Carta de Doação de Angola que previa a criação de povoações e vilas “devidamente definidas sob o ponto de vista do ordenamento do território e urbanisticamente” (FERRAZ, 2005, p. 50). Novais partiu de Lisboa, no dia 23 de outubro de 1574, com sua armada e aportou na ilha de Luanda³, de jurisdição congoleza, em 11 de fevereiro de 1575. Eles se instalaram no continente e foi fundada, no dia 25 de janeiro de 1576, com uma igreja dedicada a São Sebastião, a vila de São Paulo de Loanda⁴, cuja economia se baseava no “comércio da escravaria” (CARDOSO, 1954, p. 10 e 11). O Colégio dos Jesuítas foi inaugurado no ano de 1618 e o bispado em 1624.

A hegemonia dos lusos no tráfico transatlântico de “peças” de Angola foi interrompida, em 25 de agosto de 1641, com a chegada dos holandeses, oriundos de Recife, enviados por Maurício de Nassau para ocupar Luanda, principal porto de escravos da África Ocidental para o Brasil e, depois, conquistar Benguela, São Tomé e Axim (Guiné) (MENEZES; SANTOS, 2008, p. 1-5).

Na descrição da vila, circundada pela baía, pelos morros de São Paulo e da Samba, a barra da Corimba e a lagoa dos Elefantes, emerge uma estrutura urbanística mediterrânea: a igreja como centro da povoação, com praça dianteira, ao redor da qual foram construídos prédios administrativos e residências da aristocracia ou burguesia.

Pela sua topografia acidentada, a vila de Loanda estava dividida em duas zonas: a parte baixa, litorânea com o bairro dos Coqueiros (reduito dos soldados e dos mercadores de escravos) e a parte alta, em continuação do morro de São Paulo (instalações civis e religiosas).

No início do século XVII, Luanda tinha construções militares (Fortaleza de São Pedro da Barra (1618) e Fortaleza de São Miguel de Luanda (1634)), administrativas (Palácio do Governador (1607) e a Casa da Câmara (1623)), religiosas (Igreja de São Sebastião (1576), Igreja da Misericórdia (1576) e a Santa Casa de Misericórdia; Sé Episcopal (1583); Igreja dos Jesuítas (1593) e Convento São José (1604) (LUANDA, [s.d.], *on-line*).

São Paulo de Luanda foi recuperada dos holandeses, no dia 12 de maio de 1648, pelo governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, que assumiu a sua administração e a renomeou de São Paulo de Nossa Senhora da Assunção, pois Luanda rimava com Holanda.

4. Imagens de Luanda na narrativa de Pepetela

No romance *A gloriosa família*⁵, o angolano Pepetela (“pestanda”, em umbundo), aliás, Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos (1941), retrata a saga da família Van Dum – Baltazar, Inocência e os filhos legítimos (Gertrudes, Rodrigo, Ambrósio, Benvindo, Hermenegildo, Matilde, Rosário e Ana) e os bastardos (Nicolau, Catarina e Diogo) – em Luanda e adjacências, região

cerceada por potências europeias, e palco das “sub-relações” conturbadas entre as periferias na disputa do tráfico negreiro no Atlântico Sul ⁶.

De forma paródica, intertextual, irônica e metadiscursiva (“metaficção historiográfica”), o escravo-narrador de *A gloriosa família*, um excluído do processo colonial, denominado por Hutcheon como um “ex-cêntrico”, relata o confronto entre dois mundos: o católico e o animista, o português e o nativo ⁷.

A narrativa, dividida em doze capítulos numerados, tem um glossário com palavras em línguas nativas (kimbundo, umbundo e kikongo) e aborda o cotidiano da dinastia de Baltazar que, no ano da conquista holandesa (1641), já vivia 25 anos nas cercanias de Luanda, e fugiu com familiares e escravos, juntamente com o governador Menezes e moradores da capital, para a quinta dos jesuítas no rio Bengo. Depois, retornou com o seu clã para sua sanzala, enquanto que os portugueses recuaram para Massangano, localizada na confluência dos rios Kuanza e Lucala. A administração colonial holandesa termina em 1648, com a reconquista de Luanda pelo exército de Salvador Correia de Sá e Benevides, vindo do Brasil.

O narrador de *A gloriosa família*, acompanhante diário de Baltazar Van Dum a Luanda, descreve, por meio de comentários críticos e imagens coloridas, o cotidiano urbano na época da colonização portuguesa, durante a presença holandesa (1641-1648) e após a restauração lusa.

4.1- Luanda portuguesa

São Paulo de Loanda, depois chamada São Paulo de Luanda, foi edificada diante da ilha de Luanda⁸; tem uma estação seca, sem chuvas, conhecida como cacimbo, com dias úmidos (maio a agosto) que provocam névoa: “O general era magro e estava forrado de aço. [...] Os olhos brilhantes se dirigiram para a fortaleza do Morro, visível agora, pois a névoa do cacimbo se erguia gradualmente” (PEPETELA, 1999, p. 197).

A vila não tinha água potável:

Para as necessidades da cidade baixa, um patacho ia todos os dias ao Bengo encher barricas de água. [...] Tinha sido escavado um poço na Lagoa dos Elefantes, a sul, e era daí que saía a água para os

poderosos. O poço se chamou Maianga do Povo. (PEPETELA, 1999, p. 20)

Nas proximidades de Luanda não havia tampouco salinas marítimas: “O sal tinha de vir de Kissama, das minas naturais, enquanto não chegasse o que era produzido nas salinas de Benguela, o melhor que se conhecia” (PEPETELA, 1999, p. 112).

Na descrição da vila destacam-se os edifícios geoestratégicos – Forte de Nossa Senhora da Guia, Forte de Santa Cruz, Forte do Penedo, Forte de Cassondama –, os eclesiásticos – Colégio dos Jesuítas, Convento de São José dos Franciscanos, Igreja Nossa Senhora da Conceição, a Sé e a Igreja do Corpo Santo –, os políticos – Palácio do Governador, Tribunal, Alfândega, Armazém dos Escravos, Pelourinho –, entre outros.

O narrador-escravo tece distintas considerações sobre o lugar geográfico e o espaço subjetivo (TUAN, 1977) da Luanda colonial:

Esse edifício, o maior da cidade alta, era chamado o Palácio, pois antes os governadores moravam aí. Palácio não era, na minha fraca opinião, que nunca tinha visto nenhum. Edifício sem ao menos uma varanda grande no andar de cima, embora espaçoso, não merece o nome de palácio. (PEPETELA, 1999, p. 14)

Em Luanda, os colonizadores circulavam entre nativos, escravos e forros pelo bairro do Coqueiro, Largo da Kitanda, pela Rua Direita, Calçada de Santo Antônio, próxima à igreja homônima, e pela Calçada dos Enforcados, localizada ao lado do tribunal:

Descemos a Calçada dos Enforcados, muito íngreme e com piso muito irregular, pois as pedras não eram todas as lisas e havia grandes espaços entre elas, com falta da terra que era sempre levada pelas chuvas. Era muito perigosa para os cavalos, que metiam o casco entre as pedras e muitas vezes se desequilibravam. Mas os militares preferiam correr riscos e usá-la para descer para os Coqueiros, pois a Calçada de Santo António, menos inclinada, era bem mais comprida e desembocava longe do Morro. Se chamava dos Enforcados, porque no tempo dos portugueses se executavam os condenados no alto dela, podendo os corpos ser vistos a baloiçar desde a Baixa. O tribunal funcionava no prédio onde a calçada começava e os condenados eram julgados num sítio e executados logo ao lado, tudo muito expedito. (PEPETELA, 1999, p. 89)

A colonização portuguesa dispunha de várias formas de castigo para os críticos do sistema: “Se houvesse acusação de conspiração ou traição, nem julgamento merecia, era enforcado no pátio da Fortaleza”. O pelourinho, local

de penalidades infringidas aos cativos ou aos chefes nativos rebeldes, refletia a iniquidade e a crueldade do sistema escravocrata:

Para outro tipo de castigos, sobretudo decapitação de sobas insubmissos ou chicoteamento de escravos relapsos, usavam os portugueses o pelourinho, situado numa praça onde desembocava a Calçada de Santo António. Por isso eu ligava sempre as calçadas a cenas de castigo. E era de facto um castigo para mim descer qualquer delas, sobretudo quando chovia e os pés escorregavam na lama. (PEPETELA, 1999, p. 89)

Na paisagem da vila de Luanda havia um ponto de encontro de todas as classes sociais: o mercado ao ar livre:

Chegámos ao largo da Kitanda, onde desembocava a rua Direita. Havia duas dezenas de vendedores, meia dúzia com hortaliças e fruta, mais umas tantas mulheres a venderem cola, outras carvão. A maior parte dos compradores eram também mulheres. Mas estavam dois soldados holandeses numa banca de cola, discutindo com a kitandeira sobre as maravilhas do fruto, para eles desconhecido. E mais a frente passámos por Angélica Ricos Olhos que comprava fubá de bombó. (PEPETELA, 1999, p. 335)

Nas tabernas da vila: “Os portugueses parecem que estão a provar o vinho, bebem aos poucos, mas não é apenas por delicadeza, é apenas timidez ou até medo de enfrentar o mau espírito, o cazumbi, do vinho” (PEPETELA, 1999, p. 16). Um desses estabelecimentos de entretenimento masculino era:

A bodega de Dona Maria, quase fora do perímetro da cidade, a meio caminho das barrocas, era freqüentada pelos frades do convento dos Franciscanos e por gente que vivia na zona de transição da cidade baixa para a alta, onde dormia o poder temporal e espiritual. (PEPETELA, 1999, p. 12)

A atmosfera de Luanda era marcada pelo infame tráfico negreiro, com chegada de escravos algemados, sua comercialização e o embarque para uma viagem fatídica, sem retorno. Da sanzala (propriedade rural) do negreiro Van Dum saiu um triste cortejo, formado por homens amarrados uns aos outros, mulheres soltas, algumas com os filhinhos amarrados nas costas, rumo ao armazém:

[...] num recinto rodeado de altos muros e com acesso limitado a um grande portão de madeira. No terreiro havia árvores, à sombra das quais se sentavam alguns escravos vigiados por guardas flamengos [...]. O exame físico durou uma eternidade. Finalmente foram empurrados para dentro do recinto. Estavam comprados. O meu dono se despediu, satisfeito com a soma que prometeram pagar nessa tarde. E fomos festejar para a bodega do Pinheiro, enquanto Dimuka e os guardas voltavam para a sanzala. (PEPETELA, 1999, p. 232 e 233)

O narrador informa sobre a partida das “peças” do porto para o Brasil: “Os escravos iam acorrentados e calados, numa passividade para lá do desespero” (PEPETELA, 1999, p. 75).

O cativo fazia o papel degradante de animal de carga, transportando, através de Luanda em redes, machilas e liteiras, pessoas brancas saudáveis. Mesmo europeus, como os holandeses, que em sua terra natal usavam carroças, carruagens ou mesmo cavalos, se deixavam contaminar pela desalmada ambientação e eram carregados por seres humanos vilipendiados: “Noutra altura, Baltazar viria em rede transportada aos ombros por quatro escravos, pois já não era um borra-botas qualquer” (PEPETELA, 1999, p. 15).

Luanda era uma terra de péssimos costumes e perniciosidades, segundo o crítico narrador:

E houve mesmo um governador que escreveu um relatório violento ao rei, na altura era no tempo dos Filipes da Espanha. Acusava que a maior parte dos padres não tinham condição moral de exercer o sacerdócio e que muitos vinham de Portugal por terem sido condenados por crimes, não serviam para lá e eram desterrados porque aqui era terra de fartar vilanagem. (PEPETELA, 1999, p. 208 e 209)

Durante a invasão da vila, em 25 de agosto de 1641, os habitantes procuraram o governador Pedro César de Menezes para reclamar sobre o descaso da coroa, o mesmo, entretanto, os aconselhou a se retirarem para o interior e a se defenderem lá, até que os reforços chegassem, “[...] pois o rei acarinhava aquela cidade como a menina dos seus olhos”. Mas:

[...] parecia grande invenção, pois o rei provavelmente nunca tinha ouvido falar de semelhante cidade, tão ocupado andava em defender a fronteira portuguesa nas investidas espanholas, raivosos pela declaração de independência portuguesa. (PEPETELA, 1999, p. 39)

Diante da escassez de moças decentes em Luanda, até mesmo as menos bonitas podiam constituir família, como Rosário Van Dum, que tinha dentes “encavalitados” e uma verruga no nariz: “Naquela cidade sem jovens casadoiras, podia aspirar a qualquer marido” (PEPETELA, 1999, p. 232).

4.2- Luanda holandesa

No início da ocupação de Luanda, os holandeses requisitaram o Colégio dos Jesuítas, usaram-no como palácio administrativo e residência dos oficiais, e nomearam a Fortaleza do Morro de São Paulo como Morro de Amesterdão: “Os mafulos ocupavam Luanda há cerca de cinco meses e já começavam a mudar o nome das coisas” (PEPETELA, 1999, p. 14).

Os holandeses, funcionários militares e administrativos da Companhia das Índias Ocidentais, respeitaram a jurisdição congoleza da Ilha de Luanda e a jurisdição portuguesa de Massangano, da Ilha do Ensandeira e de Benguela. Eles permitiram a fundação do arraial do Gango, no rio Bengo, e tentaram estabelecer uma política da boa vizinhança, respeitando a religião católica e as crenças nativas, bem como reativando o comércio e buscando consórcio com Baltazar, a rainha Jinga e Garcia II, rei do Congo, no tráfico de escravos.

Nassau tinha interesse em documentar a colônia transatlântica sob sua administração e, por isso, tinha enviado de Recife para Luanda Georg Marcgraf (1610-1644), geógrafo e astrônomo, e Caspar Barlaeus (1584-1648), pintor e historiador, para estudarem e documentarem “[...] as coisas da terra, bichos, plantas, clima, línguas e pessoas” (PEPETELA, 1999, p. 48). O escravo-narrador viu com seu amo, Baltazar, o jovem Barlaeus que estava pintando uma paisagem da cidade, a partir da ilha de Luanda:

A Luanda que parecia na tela era igual à que estava no outro lado da baía. Ele tinha escolhido talvez uns tons um pouco mais suaves para representar as barrocas, não o quase vermelho da terra. Mas eram as mesmas encostas que constantemente subíamos, os mesmos edifícios por que todos passávamos, a fortaleza amarela que nos dominava. (PEPETELA, 1999, p. 148)



Figura 2- Pormenor de uma pintura de Barlaeus. (Ilustração da capa de *A gloriosa família*. Publicações Dom Quixote).

Os novos conquistadores estavam empenhados em resolver o problema da falta de água potável de Luanda, fato evidente na presença do engenheiro Boreel, empenhado em construir um aqueduto (fato histórico):

Luanda é um porto importante para apoio aos nossos navios que vão para o oriente. A viagem é demasiado longa e uma escala no porto amigo é decisiva. Para além de ser o porto de envio de escravos para o Brasil. Por isso se justifica fazer o canal, para ajudar a fixação da população da cidade. (PEPETELA, 1999, p. 304)

O engenheiro de canais e diques, que se tornou namorado da viúva, Matilde Van Dum, explicou a preocupação do administrador Nassau com a falta do líquido vital para a população urbana:

O facto de eu ter sido mandado para cá vem no fundo, da vontade do conde de Nassau, o qual, apesar de estar desligado da política das colónias, ainda é muito ouvido pelo príncipe de Orange. Através de alguém do seu grupo que esteve cá, o Barlaeus ou o Marcgraf ou outro qualquer, Maurício de Nassau ficou sensibilizado para o problema da falta de água em Luanda. (PEPETELA, 1999, p. 300)

Enquanto estavam em dúvida, se a cidade seria uma “colônia a sério” ou um “entreposto de escravos”, os holandeses introduziram medidas de higienização, criando uma ambientação de bom ar e respeito aos colonizados. Embora o português Brito criticasse a administração flamenga, o narrador:

[...] achava que os mafulos tinham feito qualquer coisa pela cidade. Pois de vez em quando punham uns escravos a varrer o lixo das ruas e a acumulá-lo num buraco das barocas, o que nunca tinham feito antes. Em todo o caso, por uns dias Luanda cheirava menos mal. (PEPETELA, 1999, p. 61)

Um tenente holandês comentou sobre o isolamento social das mulheres em Luanda:

– É verdade, não há nenhum sítio. Para os homens são as tabernas. Para as senhoras é o interior das casas. Nem festas, nem jardins, nem parques, nem teatro ... Luanda é mesmo uma cidade própria para a separação total e absoluta dos sexos. (PEPETELA, 1999, p.104)

Os flamengos, que utilizavam na terra natal carroças e carruagem como meio de transporte, inicialmente se deixaram carregar pelos escravos: “Mas Ouman recusou a liteira, pediu um cavalo [...] Decididamente, estava terminada a época que os directores se faziam transportar nas tipóias e nas

liteiras. Agora era o tempo dos directores a cavalo, como soldados” (PEPETELA, 1999, p. 223 e 224).

A relutância da Companhia das Índias Ocidentais em definir a política de colonização de Angola atrasava a vinda de famílias e, conseqüentemente, não ocorria o aumento da taxa de nascimentos. Ao visitar uma igreja abandonada, o padre Tavares comentou com Hermenegildo Van Dum:

Se houvesse crianças na cidade, a torre não estaria tão bem ... A população continuava a ser de adultos, pois os mafulos não traziam família e os escravos ficavam na cidade apenas o tempo de desembarcarem. A Ilha, sim, estava cheia de crianças, que brincavam na praia e se viam no campanário. (PEPETELA, 1999, p. 211)

Para alguns flamengos, Luanda seria uma cidade rica, cujo patrimônio estaria concentrado nas mãos do governador e dos padres. Esse pensamento, revelado por Croesen a Baltazar, provocou o seguinte comentário:

– Como já disse há bocado, não sei se são grandes fortunas. Esta terra é pobre, os ricos são relativamente pobres e a igreja também. Se o governador tem muitas riquezas, o que não sei, provavelmente não as tem aqui, mas sim em Portugal. A riqueza aqui são os escravos. Quando as pessoas ganham muito dinheiro, voltam para Portugal ou vão para o Brasil. Os que podem são os homens livres, pois a maior parte foram deportados e daqui não podem sair. Se a população não tem metais preciosos, como vai a Igreja ter? (PEPETELA, 1999, p. 38)

Os templos religiosos católicos fechados pelos calvinistas foram degradados pelos próprios habitantes de Luanda:

De facto a igreja estava num nojo. Todos os clientes da bodega iam lá fazer as suas necessidades maiores, pois mijavam o vinho mesmo ao lado da bodega. Durante uns tempos, ainda teve restos de bancos e armários, mas agora já não tinha nada, porque a madeira fora aproveitada para as fogueiras. (PEPETELA, 1999, p. 211)

Na sacristia da Igreja Nossa Senhora da Conceição, Matilde Van Dum cometeu adultério com Joost, que se enojou com o recinto imundo: “Foi o único lugar que encontrei nesta cidade maldita, onde nem existe uma estalagem” (PEPETELA, 1999, p.156).

Os holandeses requisitaram a Igreja do Corpo Santo, localizada na parte baixa, próxima à bodega de Pinheiro, no bairro dos Coqueiros: “a única que estava limpa, pois os mafulos aproveitaram-na para as grandes reuniões, religiosas e laicas” (PEPETELA, 1999, p.126 e 127).

Em consonância com a política de desterro portuguesa, os batavos enviavam de Recife mulheres de má fama: ladras, assassinas e prostitutas. No rol das excluídas apareceram Madame Gigi e Angélica Ricos Olhos, que se tornou amante de Ambrósio, filho de Baltazar. Na tentativa de explicar a profissão da companheira, ele disse ao pai: “Que pode fazer uma mulher aqui em Luanda, se for sozinha e não tiver nem terras nem escravos? Tem de receber dinheiro dos homens, não há alternativa” (PEPETELA, 1999, p. 327).

A beleza edênica de Luanda fascinava os holandeses, mas o constante perigo de se infectar com malária pairava sobre o encantamento. O promissor Marcgraf caiu doente: “O amigo Barlaeus acompanhava a agonia, estremecida de convulsões, com poucas esperanças, pois já tinha aprendido que o paludismo africano não se comparava em virulência com o do Brasil”. Após a morte trágica do artista, seu companheiro de pesquisas resolveu “[...] abandonar no primeiro barco desta terra desgraçada, onde até os fortes alemães morrem jovens” (PEPETELA, 1999, p. 164).

5. Conclusão

O narrador-escravo de *A gloriosa família, griot* e geógrafo cultural, descreve o cotidiano de Luanda, na época da colonização portuguesa e flamenga (1641-1648), e após a restauração lusa: o novo governador prendeu Pinheiro, dono de bodega, que foi “expeditamente queimado numa fogueira por ser judeu” (PEPETELA, 1999, p. 405).

As imagens naturais e arquitetônicas de Luanda (lugar geográfico concreto) evocam dois tipos de subjetividades (espaço afetivo abstrato), que são dotados de valor e de sentimento (TUAN, 1977).

Para muitos portugueses e holandeses, Luanda era terra de degredo, esquecida de Lisboa, sem água potável, com clima ruim e pestilento. Apesar da beleza edênica – terra vermelha, areia branca, coqueiros e céu azul –, a realidade era terrível para eles e, principalmente para os carregadores, que, como animais de carga, transportavam gente saudável, e para os escravos e sobas rebeldes, castigados no pelourinho ou enforcados.

As diversas igrejas, as lojas, a feira e as belas casas dos europeus contrastavam com a crueldade humana colonial, expressada em elementos arquitetônicos de caráter sociopolítico e econômico: a forca, o pelourinho, o armazém dos escravos e o porto de embarque dos navios negreiros rumo a Salvador e a Recife.

NOTAS:

¹ Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, Redenção, Ceará.

Estágio Pós-Doutoral, sob supervisão do Prof. Dr. Sérgio Paulo Adolfo, na Linha de pesquisa *Diálogos Culturais* do Programa de Pós-Graduação em Letras - Estudos Literários, na Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, PR.

² Na obra *História Geral das Guerras Angolanas* (1680), o português António de Oliveira Cadornega menciona a presença de um estrangeiro em Luanda: “Em a cidade assistia hum homem por nome Baltazar Van Dum, Flamengo de Nação, mas de animo Portuguez que havia ido dos primeiros Arrayaes para a Loanda com permissão de quem governava os Portuguezes [...]”. (CADORNEGA, 1972, t. 1, p. 334. Apud PEPETELA, 1999, p. 9). Tal informação consta do prólogo de *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*, de Pepetela.

³ A palavra Loanda/Luanda origina-se de *lu-ndandu*. O prefixo *lu* (uma das formas do plural nas línguas bantu) é recorrente nas palavras de regiões litorâneas, de rios, de bacias ou regiões alagadiças. E, no caso específico da palavra *Loanda*, refere-se à restinga circundada pelo mar. O termo *ndandu* significa um objeto de valor, de comercialização, que se relaciona aos pequenos búzios, recolhidos na ilha de Luanda, que eram a moeda do antigo reino do Congo. Os povos ambundu (mbundu), falantes de kimbundu, eliminavam alguns sons -Lu-ndandu a Lu-andu. O vocábulo, no processo de aportuguesamento, passou a ser feminino (Loanda/Luanda), pois se referia à ilha (PIRES, 1965, [s.p.]).

⁴ Na obra *Subsídios para a história de Luanda*, Manuel da Costa Cardoso descreve a situação da vila de S. Paulo de Luanda:

“O novo burgo, de início, como se depreende das poucas notícias que temos daqueles tempos, limitava-se ao “Largo da Feira” – actual Praça do Palácio – onde os Jesuítas, no séquito de Paulo Dias Novais, desde logo edificaram a sua igreja; às construções do morro de São Paulo e a algum casario da praia – local tam querido dos nossos primeiros colonos, conquistadores e antigos mareantes.

A sua população constituída pela comitiva de Paulo Dias Novais, composta de sapateiros, alfaiates, pedreiros, cabouqueiros, taipeiros, um físico e um barbeiro – em verdade, a primeira colonização oficial reconhecida –, dificilmente aqui se adaptou, devido à inclemência do clima e à carência de condições para sua fixação.

Assim é que, decorridos 45 anos, em 1621, era ainda limitada a cerca de “400 vizinhos”, conforme carta de Garcia Mendes Castelo Branco.

Esta situação mereceu sempre o maior cuidado e interesse do estado, como pode-se verificar pela leitura da carta que a Rainha D. Leonor dirigiu, com data de 12 de maio de 1657, ao Governador Luís de Sousa Chicorro, comunicando-lhe o embarque para Luanda de 15 mulheres convertidas da Casa Pia de Lisboa, a fim de casarem como pessoas beneméritas. [...]. Diz Zuchelli que, em Luanda, nesta altura, um português médio tinha ao seu serviço 50 escravos e os ricos chegavam a ter 3000. As senhoras, para saírem à rua, cercavam-se de negros e, nas casas nada poupavam: mesa farta e aberta, festa constante, jogo a todas as horas, eram a vida normal” (CARDOSO, 1954, p. 11 e 12).

⁵ No artigo *Testemunhos orais da história: A gloriosa família e A lenda dos homens do vento*, Ana Mafalda Leite destaca que: “A *gloriosa família* é uma narrativa pós-colonial, que cria uma história alternativa à historiografia colonial, pela voz narrativa oralizada de um excluído da história, ao parodiar, em simultâneo, o estatuto ficcional do discurso histórico e, simultaneamente, ajustar e prolongar essa mesma narrativa aos tempos atuais, mostrando como a sombra da história do império ainda sobrevive e se reproduz, fantasmagoricamente, nos novos poderes vigentes e nos seus novos ‘escravos’” (LEITE, 2012, p. 243).

⁶ Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, o Pepetela, em sua reflexão literária, abrange séculos da História de Angola: o período sem os europeus; a infiltração dos portugueses, desde 1482; a ocupação holandesa nos anos 1641 a 1648; a reconquista e permanência lusa até 1975, depois de guerras iniciadas em 1961. Ele escreveu romances históricos revisionistas, com uma perspectiva crítica sobre os fatos relatados pela historiografia oficial portuguesa (ótica dos conquistadores). Com elementos de subjetivação, de transcendência e de autorreflexão sobre a história, Pepetela apresentou a visão dos nativos, confrontados com os senhores brancos e cristãos: *A revolta da casa dos ídolos* (1980); *Yaka* (1984); *Lueji: o nascimento de um império* (1989); e *A gloriosa família: o tempo dos flamengos* (1997).

⁷ Na década de 1980, surgiu um tipo de produção literária denominada de “novo romance histórico”, que, com caráter metadiscursivo, refletia uma tentativa crítica de reescrita da historiografia oficial que apresentava a versão do colonizador. Por meio da ironia, da paródia e da intertextualidade, os escritores de narrativas de fundo histórico enfatizam o discurso do oprimido, do “ex-cêntrico”, que enfrenta os mecanismos do poder (“metaficção historiográfica”) (HUTCHEON, 1991, p. 13-14; p. 250).

⁸ Na ilha de Luanda, de jurisdição congoleza, administrada por D. Agostinho Corte Real, o Mani-Luanda, Rodrigo Van Dum conheceu Nzuzi, filha do governador, se casou, abriu uma fábrica de salga de peixe e viveu com a grande família até o ano de 1648, quando a colonização portuguesa foi restaurada e eles tiveram de partir para o Congo.

REFERÊNCIAS:

CARDOSO, Manuel da Costa. *Subsídios para a história de Luanda*. Edição do Museu de Angola. Luanda: Imprensa Nacional de Angola, 1954.

FERRAZ, Susana. *Espaço público de Luanda: patrimônio arquitectónico colonial e português*. (Dissertação de Mestrado). Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico. FAUP, 2005.

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&ved=0CCqQFjAC&url=http%3A%2F%2Frepositorioaberto.up.pt%2Fbitstream%2F10216%2F64316%2F2%2F105891_T-6-4_11_TM_01_P.pdf&ei=avTPVPellqmlsQTnk4CQCQ&usq=AFQjCNHd5Hsot3mJI3f1Ncb9SNaAZgKNIA. Acesso : 12 mai. 2014.

HUTCHEON, Linda. *Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

LEITE, Ana Mafalda. “Testemunhos orais da história: *A gloriosa família e A lenda dos homens do vento*”. In: _____. *Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2012. p. 233-251.

LUANDA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Luanda>. Acesso: 12 mai. 2014.

MENEZES, Sezinando L.; SANTOS, Thiago C. dos. “Os holandeses e o nordeste brasileiro: 1630-1654”. *Anais do XIX Encontro Regional de História: poder, violência e exclusão*. p. 1-9. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 8 a 12 de setembro de 2008. Disponível

em:<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Paineis/Thiago%20Cavalcante%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2014.

PEPETELA. *A gloriosa família: o tempo dos flamengos* (1997). 2. reimp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

PIRES, João. "O Lobito e o Umbigo do Mundo". *Boletim da Câmara Municipal do Lobito*. Secção "Divulgação". Segundo Semestre 1965. Disponível em: <http://www.angolasaiaogo.net/cidmae15.html>. Acesso em: 12 jun. 2014.

TUAN, Yi-Fu . *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1977.

ICONOGRAFIA:

Figura 1 - São Paulo de Loanda (Parte baixa e parte alta). Depois, chamada São Paulo de Luanda. Disponível em: <http://s6.photobucket.com/user/carsamper/media/Luanda1871.gif.html>. Acesso em: 12 jun. 2014.

Figura 2 - Pormenor de uma pintura de Barlaeus. Disponível em: http://www.leyaonline.com/fotos/produtos/500_9789722037235_a_gloriosa_familia.jpg. Acesso em: 12 jun. 2014.

Texto recebido em 31 de janeiro de 2015 e aprovado em 25 de abril de 2015.